



FUNDAÇÃO
HERMÍNIO OMETTO

Fundação Hermínio Ometto

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019**

Conteúdo

Parecer da Comissão Fiscal do Conselho de Curadores	2
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

PARECER DA COMISSÃO FISCAL DO CONSELHO DE CURADORES

Na qualidade de membros da Comissão Fiscal do Conselho de Curadores da Fundação Hermínio Ometto, examinamos o Balanço Patrimonial da Fundação Hermínio Ometto levantado em 31/12/2019 e as respectivas Demonstrações de Resultados, de Resultados Abrangentes, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e Notas Explicativas correspondentes ao exercício encerrado na referida data.

Com base nos exames que efetuamos e também suportados pelo parecer da auditoria independente realizada por KPMG – Auditores Independentes, somos de opinião que as demonstrações financeiras acima referidas, estão em condições de merecerem a aprovação da Assembléia Geral.

Araras, 20 de março de 2020.



JOSE ADILTE ZAPPAROLI
Membro



ALFONSO MARCELO ARCERITO
Membro



IVANILDO BURGER
Membro



KPMG Auditores Independentes
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1.401 a 1.405, 1.409 e 1.410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores da
Fundação Hermínio Ometto
Araras - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Fundação Hermínio Ometto (“Fundação”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Hermínio Ometto em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas, a razoabilidade das estimativas contábeis e as respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 20 de março de 2020.

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP-027666/F

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Daniel Marino de Toledo'.

Daniel Marino de Toledo
Contador CRC 1SP249851/O-8

FUNDAÇÃO HERMÍNIO OMETTO

CNPJ 44.701.688/0001-02

Balancos patrimoniais

em 31 de dezembro de 2019 e 2018

<i>(Em reais)</i>							
Ativo	Nota	2019	2018	Passivo	Nota	2019	2018
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	9	1.873.495	5.564.320	Financiamentos e empréstimos	12	6.811.524	3.311.258
Contas a receber de alunos				Fornecedores		861.427	1.216.776
Valor bruto do contas a receber de alunos		87.664.647	80.384.872	Passivo de arrendamento		33.097	-
Ajuste a valor presente		(177.954)	(141.202)	Impostos e contribuições a recolher	15	1.153.990	1.104.928
Provisão para perdas de crédito esperadas		(50.518.690)	(47.823.470)	Salários e férias a pagar	13	6.463.183	6.552.201
Subtotal contas a receber de alunos	10	36.968.003	32.420.200	Parcelamento de impostos - Lei 11.941/09		177.420	77.420
Estoques		337.490	456.026	Adiantamentos de alunos e de convênios		772.538	817.714
Outros créditos		960.313	1.194.167	Receita diferida		250.000	250.000
Total do ativo circulante		40.139.301	39.634.713	Outras contas a pagar	14	1.668.839	2.232.890
Não circulante				Total do passivo circulante		18.192.018	15.563.187
Realizável a longo prazo				Não circulante			
Depósitos judiciais		196.392	196.392	Financiamentos e empréstimos	12	15.751.100	18.366.939
Contas a receber de alunos		84.895.538	64.193.060	Parcelamento de impostos - Lei 11.941/09		665.323	910.142
Ajuste a valor presente		(1.765.417)	(1.395.464)	Passivo de arrendamento		972.700	-
Subtotal contas a receber de alunos	10	83.130.121	62.797.596	Provisões de processos judiciais	16	135.708	261.869
Outros créditos		146.790	5.378	Adiantamentos de alunos e de convênios		212	25.175
Total do ativo não circulante		83.473.303	62.999.366	Receita diferida		770.833	1.020.833
Direito de uso		1.005.799	-	Outras contas a pagar	14	1.054.333	902.568
Imobilizado	11	81.115.392	79.549.170	Total do passivo não circulante		19.350.209	21.487.526
Intangível		176.222	142.256	Patrimônio líquido	17		
Total do ativo		205.910.017	182.325.505	Patrimônio social		122.650.924	99.960.869
				Correção monetária		-	737.124
				Reserva de reavaliação		21.443.561	21.886.744
				Superávits acumulados		443.183	455.114
				Superávit do exercício		23.830.122	22.234.941
				Total do patrimônio líquido		168.367.790	145.274.792
				Total do passivo		37.542.227	37.050.713
				Total do passivo e patrimônio líquido		205.910.017	182.325.505

FERNANDO FERNANDES ALVARES LEITE
Presidente
CPF 715.008.208-49

JORGE HIROSHI MURAKAMI
Conselheiro
CPF 670.375.858-15

FRANCISCO E. FERNANDES SANCHES
Diretor Administrativo-financeiro
CPF 037.993.238-56

PAULO CÉSAR DE MORAES
Contador - CRC 1SP252960/O-4
CPF 078.720.618-05

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em reais)

	Nota	2019	2018
Receitas Operacionais			
Receita bruta prestação de serviços educacionais			
Receitas de mensalidades / anuidades educacionais		139.938.922	139.290.976
Receitas de mensalidades com gratuidades - Bolsas		69.941.845	67.198.208
Outros serviços educacionais		910.107	862.884
		<u>210.790.874</u>	<u>207.352.068</u>
(-) Deduções das receitas			
Bolsas de estudos Prouni - Integrais 100%		(19.054.549)	(17.870.174)
Bolsas de estudos Prouni - Parciais 50%		(15.140.414)	(17.302.073)
Bolsas de estudos Institucionais - Integrais 100%		(1.253.209)	(2.598.242)
Bolsas de estudos Institucionais - Parciais 50%		(34.493.672)	(29.427.720)
Outras bolsas de estudo		(13.639.265)	(12.486.287)
Devoluções e cancelamentos		(17.983.114)	(17.520.120)
Descontos concedidos		(9.332.546)	(9.065.755)
Cofins isenta sobre faturamento	25	(6.124.475)	(6.030.945)
		<u>(117.021.244)</u>	<u>(112.301.316)</u>
Receita operacional líquida	18	<u>93.769.630</u>	<u>95.050.752</u>
Custos dos serviços prestados			
Custos dos serviços educacionais	19	(64.218.022)	(66.068.171)
Custos dos serviços de atendimentos à população	19	(2.459.178)	(2.317.250)
Custos de contribuição previdenciária isenta	19 / 25	(11.982.797)	(11.834.399)
		<u>(78.659.997)</u>	<u>(80.219.820)</u>
Resultado bruto		<u>15.109.633</u>	<u>14.830.932</u>
Outras receitas operacionais			
Outras receitas operacionais		7.220.965	7.948.929
Serviços voluntários obtidos		13.681	10.439
Isenção contribuições sociais usufruídas	25	6.124.475	6.030.945
Outras despesas operacionais			
Constituição de perdas de crédito esperadas		(3.221.022)	(6.448.585)
Comerciais	19	(7.594)	(73.842)
Administrativas e gerais	19	(18.412.415)	(16.831.889)
Contribuição previdenciária isenta	19 / 25	11.982.797	11.834.399
Despesas com serviços voluntários		(13.681)	(10.439)
Outras despesas operacionais		(19.301)	(293.671)
		<u>18.777.538</u>	<u>16.997.218</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas		<u>18.777.538</u>	<u>16.997.218</u>
Receitas financeiras	20	9.753.062	8.625.149
Despesas financeiras	20	(4.700.478)	(3.387.426)
		<u>5.052.584</u>	<u>5.237.723</u>
Financeiras líquidas		<u>5.052.584</u>	<u>5.237.723</u>
Superávit do exercício		<u>23.830.122</u>	<u>22.234.941</u>

 FERNANDO FERNANDES ALVARES LEITE Presidente CPF 715.008.208-49	 JORGE HIROSHI MURAKAMI Conselheiro CPF 670.375.858-15
 FRANCISCO E. FERNANDES SANCHES Diretor Administrativo-financeiro CPF 037.993.238-56	 PAULO CÉSAR DE MORAES Contador - CRC ISP252960/O-4 CPF 078.720.618-05

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDAÇÃO HERMÍNIO OMETTO

CNPJ 44.701.688/0001-02

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em reais)

	2019	2018
Superávit do exercício	23.830.122	22.234.941
Resultado abrangente do exercício	23.830.122	22.234.941

FERNANDO FERNANDES ALVARES LEITE
Presidente
CPF 715.008.208-49JORGE HIROSHI MURAKAMI
Conselheiro
CPF 670.375.858-15FRANCISCO E. FERNANDES SANCHES
Diretor Administrativo-financeiro
CPF 037.993.238-56PAULO CÉSAR DE MORAES
Contador - CRC 1SP252960/O-4
CPF 078.720.618-05

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDAÇÃO HERMÍNIO OMETTO

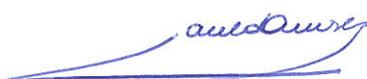
CNPJ 44.701.688/0001-02

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em reais)

		Patrimônio social	Correção monetária	Reserva de reavaliação	Superávits acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2018	Nota	82.430.020	737.124	22.341.858	17.530.849	123.039.851
Transferência para patrimônio social	17	17.530.849	-	-	(17.530.849)	-
Realização da reserva de reavaliação	16	-	-	(455.114)	455.114	-
Superávit do exercício		-	-	-	22.234.941	22.234.941
Saldos em 31 de dezembro de 2018		<u>99.960.869</u>	<u>737.124</u>	<u>21.886.744</u>	<u>22.690.055</u>	<u>145.274.792</u>
Transferência para patrimônio social	17	22.690.055	-	-	(22.690.055)	-
Realização da reserva de reavaliação	16	-	-	(443.183)	443.183	-
Baixa da correção monetária		-	(737.124)	-	-	(737.124)
Superávit do exercício		-	-	-	23.830.122	23.830.122
Saldos em 31 de dezembro de 2019		<u>122.650.924</u>	<u>-</u>	<u>21.443.561</u>	<u>24.273.305</u>	<u>168.367.790</u>

 FERNANDO FERNANDES ALVARES LEITE Presidente CPF 715.008.208-49	 JORGE HIROSHI MURAKAMI Conselheiro CPF 670.375.858-15
 FRANCISCO E. FERNANDES SANCHES Diretor Administrativo-Financeiro CPF 037.993.238-56	 PAULO CÉSAR DE MORAES Contador - CRC 1SP252960/O-4 CPF 078.720.618-05

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDAÇÃO HERMÍNIO OMETTO

CNPJ 44.701.688/0001-02

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em reais)	Nota	2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Superávit do exercício		23.830.122	22.234.941
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:			
Depreciação	11	3.444.051	3.457.235
Amortização intangível		95.164	-
Amortização direito de uso		856.788	-
Resultado na baixa de ativo imobilizado		758.834	16.098
Ajuste a valor presente do contas a receber	10	406.705	336.508
Provisão para perdas de crédito esperadas líquidas	10	2.695.220	6.448.585
Juros reconhecidos referente a créditos a receber		(787.000)	(590.004)
Provisão para obsolescência dos estoques		121.223	(30.315)
Realização AVP passivo de arrendamento		112.506	-
Constituição/reversão de provisões	16	83.314	29.173
Juros e encargos financeiros		383.978	-
Juros não realizados referente a empréstimos e financiamentos	12.1	2.625.308	1.859.753
(Aumento) ou diminuição ativos			
Contas a receber de alunos		(7.649.728)	(6.145.964)
Estoques		(2.687)	101.268
Outros créditos		233.854	176.841
Depósitos judiciais		-	498.729
Contas a receber de alunos - longo prazo		(20.702.478)	(20.209.076)
Outros créditos - longo prazo		(141.412)	11.941
(Diminuição) aumento passivos			
Fornecedores		(355.349)	440.630
Impostos e contribuições a recolher		49.062	69.492
Salários e férias a pagar		(89.018)	24.681
Parcelamento de impostos - Lei 11.941/09		(144.819)	(146.035)
Pagamentos de processos judiciais	16	(209.475)	(141.781)
Adiantamento de alunos e convênios		(70.139)	134.582
Receita diferida		(250.000)	1.270.833
Outras contas a pagar		(412.286)	691.651
Caixa gerado nas atividades operacionais		4.881.738	10.539.766
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		4.881.738	10.539.766
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado	11	(5.769.099)	(9.917.699)
Aquisição de intangível		(129.133)	-
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos		(5.898.232)	(9.917.699)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Empréstimos tomados	12.1	4.485.350	41.657.783
Pagamentos de passivos de arrendamento	12.1	(933.450)	-
Pagamento de juros	12.1	(735.977)	(2.742.279)
Pagamentos de empréstimos	12.1	(5.490.254)	(34.799.203)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		(2.674.331)	4.116.301
(Diminuição)/aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		(3.690.825)	4.738.368
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		5.564.320	825.952
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		1.873.495	5.564.320
(Diminuição)/aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		(3.690.825)	4.738.368

 FERNANDO FERNANDES ALVARES LEITE Presidente CPF 715.008.208-49	 JORGE HIROSHI MURAKAMI Conselheiro CPF 670.375.858-15
 FRANCISCO E FERNANDES SANCHES Diretor Administrativo-financeiro CPF 037.993.238-56	 PAULO CÉSAR DE MORAES Contador - CRC 1SP252960/O-4 CPF 078.720.618-05

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

1 Contexto operacional

A Fundação Hermínio Ometto (“Fundação”), com sede na Av. Dr. Maximiliano Baruto, nº 500, na cidade de Araras/SP, é uma entidade autônoma e pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e com atividade preponderante na área de Educação, conforme o art. 3º do Estatuto Social, com Título de Utilidade Pública Estadual, conforme Lei nº 1.840 de 7 de novembro de 1978, e Título de Utilidade Pública Municipal, conforme Lei nº 1.113 de 11 de agosto de 1975. Tem por objetivo social criar, instalar, manter e promover a expansão de institutos de nível superior, podendo desenvolver suas atividades nos demais níveis de ensino, se assim lhe for conveniente, e suas atividades deverão se orientar no sentido do desenvolvimento cultural, social, científico, técnico e econômico do país, dando maior ênfase aos campos mais diretamente ligados à saúde e ao aperfeiçoamento humano.

A Fundação, na condição de Entidade Beneficente de Educação e Assistência Social, goza da imunidade tributária, prevista na Constituição Federal, no que se refere ao seu patrimônio, renda, serviços e contribuições sociais para o desenvolvimento de seus objetivos, atendendo aos requisitos legais que asseguram essa imunidade, estando sujeita à inspeção e aceitação pelas autoridades competentes por períodos variáveis de tempo. A Fundação vem prestando contas regularmente de acordo com os prazos estabelecidos por cada órgão. Esses prazos são anuais e trienais.

Renovação do certificado de entidade beneficente de assistência social

Em 29 de maio de 2018, foi publicada, no Diário Oficial da União, a certificação da Fundação relativa ao Processo nº 23000.005574/2012-11, cuja vigência do certificado é de 17 de maio de 2011 a 16 de maio de 2016. A certificação está amparada pelo Termo de Ajuste de Gratuidade (TAG) nº 05/2018, assinado entre as partes em 16 de maio de 2018.

Em maio de 2016 e 2019, foram protocolados no Ministério da Educação (MEC) os pedidos de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), referentes às vigências de maio de 2016 a maio de 2019 conforme o Processo nº 23000.022538/2016-46 e de maio de 2019 a maio de 2022 conforme o Processo nº 23000.014355/2019-08, respectivamente, os quais se encontram em análise. De acordo com o art. 8º do Decreto nº 8.242/2014, a Fundação continua a usufruir da certificação relativa ao Processo nº 23000.005574/2012-11 até o julgamento do novo pedido de certificação.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade - Com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e Resolução nº 1409/2012 do Conselho Federal de Contabilidade, que aprova a interpretação ITG 2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucros, que tratam de orientações específicas para entidades sem finalidade de lucros.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Comissão Fiscal do Conselho de Curadores em 20 de março de 2020.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Fundação estão apresentadas na nota explicativa nº 7.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais da Fundação no qual o CPC 06(R2) – Arrendamentos foram aplicados. As mudanças relacionadas nas principais políticas contábeis estão descritas na nota explicativa 5.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras foram apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Fundação. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, e elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis.

4 Uso de estimativas e julgamentos

(i) Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as normas CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

(ii) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 10** - Premissas para constituição de Provisão para perdas de crédito esperadas;
- **Nota Explicativa nº 11** - Vida útil dos bens do ativo imobilizado; e
- **Nota Explicativa nº 16** - Provisões de processos judiciais.

Mensuração a valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Fundação requer a mensuração dos valores justos para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Fundação estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 (premissa para ativo e passivo que não são baseados em observáveis de mercado), e reportes diretamente para a Diretoria Financeira.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Fundação usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Fundação reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- **Nota Explicativa nº 21** - Instrumentos financeiros.

5 Mudanças nas principais políticas contábeis devido ao novo CPC e ICPC

A Fundação adotou inicialmente o CPC 06(R2) a partir de 1º de janeiro de 2019. Outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, mas também não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Fundação.

A Fundação adotou o CPC 06/R2 utilizando a abordagem retrospectiva modificada, a qual não exige a rerepresentação dos valores correspondentes e não impacta o patrimônio líquido em 1º de janeiro de 2019. Consequentemente, as informações comparativas apresentadas para 2018 não estão rerepresentadas - ou seja, são apresentadas, conforme reportado anteriormente, de acordo com o CPC 06(R1) e interpretações relacionadas. Os detalhes das mudanças nas políticas contábeis estão divulgados abaixo. Além disso, os requerimentos de divulgação no CPC06(R2) em geral não foram aplicados a informações comparativas.

a. Definição de arrendamento

Anteriormente, a Fundação determinava, no início do contrato, se ele era ou continha um arrendamento conforme o ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A Fundação agora avalia se um contrato é ou contém um arrendamento com base na definição de arrendamento, descrita na nota explicativa 7.

Na transição para o CPC 06(R2), a Fundação escolheu aplicar o expediente prático com relação à definição de arrendamento, que avalia quais transações são arrendamentos. A Fundação aplicou

o CPC 06(R2) apenas a contratos previamente identificados como arrendamentos. Os contratos que não foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06(R1) e ICPC 03 não foram reavaliados quanto à existência de um arrendamento de acordo com o CPC 06(R2). Portanto, a definição de um arrendamento conforme o CPC 06(R2) foi aplicada apenas a contratos firmados ou alterados em ou após 1º de janeiro 2019.

b. Como arrendatário

Como arrendatário, a Fundação arrenda maquinários, imóveis e veículos. A Fundação classificava anteriormente os arrendamentos como operacionais ou financeiros, com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferia significativamente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente a Fundação. De acordo com o CPC 06(R2), a Fundação reconhece ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para esses arrendamentos - ou seja, esses arrendamentos estão no balanço patrimonial.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Fundação aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seu preço individual.

No entanto, para arrendamentos imobiliários, a Fundação optou por não separar os componentes que não são de arrendamento e contabilizar o arrendamento e os componentes de não arrendamento associados, como um único componente de arrendamento.

(i) Arrendamento classificado como arrendamento operacional conforme CPC 06(R1)

Anteriormente, a Fundação classificava os arrendamentos como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1). Na transição, para esses arrendamentos, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados à taxa de empréstimo incremental da Fundação em 1º de janeiro de 2019 (veja nota explicativa 7 (j) (i)). Os ativos de direito de uso são mensurados:

- Pelo seu valor contábil como se o CPC 06(R2) tivesse sido aplicado desde a data de início, descontado usando a taxa de empréstimo incremental da Fundação na data da aplicação inicial: a Fundação aplicou essa abordagem ao seu maior arrendamento; ou
- Por um valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer recebimentos de arrendamento antecipados ou acumulados: a Fundação aplicou essa abordagem a todos os outros arrendamentos mercantis.

A Fundação testou seus ativos de direito de uso quanto à perda por redução ao valor recuperável na data de transição e concluiu que não há indicação de que os ativos de direito de uso apresentem problemas de redução ao valor recuperável.

A Fundação utilizou vários expedientes práticos ao aplicar o CPC 06(R2) a arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1). Em particular:

- não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial;
- não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos de ativos de baixo valor;

- excluiu os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial; e
- utilizou retrospectivamente ao determinar o prazo do arrendamento.

(ii) Arrendamento classificado como arrendamento financeiro conforme CPC 06(R1)

A Fundação arrenda diversos equipamentos. Esses arrendamentos foram classificados como arrendamentos financeiros de acordo com o CPC 06(R1). Para esses arrendamentos financeiros, o valor contábil do ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento em 1º de janeiro de 2019 foram determinados pelo valor contábil do ativo de arrendamento e do passivo de arrendamento conforme o CPC 06(R1) imediatamente antes dessa data.

c. Impacto nas demonstrações financeiras

(i) Impacto na transição

Na transição para o CPC 06(R2), a Fundação reconheceu ativos de direito de uso, reconhecendo o saldo em 1º de janeiro de 2019, bem como os impactos de passivo de arrendamento, que não foram materiais.

d. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

As seguintes normas alteradas e interpretações vigentes a partir de 1 de janeiro de 2020, não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Fundação:

- Alterações nas referências à estrutura conceitual
- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15).
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26 e CPC 23).

6 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo.

7 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Fundação se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativo financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Fundação mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR.

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Fundação pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR.. No reconhecimento inicial, a Fundação pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

A Fundação realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Fundação;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Fundação.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Fundação considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Fundação considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Fundação a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Fundação desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Fundação realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Fundação desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) *Compensação*

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b. Imobilizado

(i) *Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, acrescido de reavaliação espontânea, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessária.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Fundação inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta.
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que estes sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados.
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

(ii) *Custos subsequentes*

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Fundação. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

(iii) *Depreciação*

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo.

As vidas úteis estimadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

Conta	Taxa - Anos
Edificações	13,5 a 60 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	25 anos
Instalações	2 a 20 anos
Móveis e utensílios	5 a 15 anos
Veículos	4 a 10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

c. Contas a receber de clientes

Correspondem aos valores a receber de clientes pelas mensalidades ou prestação de serviços pela Fundação. As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado, com o uso do método da taxa de juros efetiva, menos a provisão para “*impairment*”. A provisão para perdas é estabelecida desde o faturamento com base nas performances apresentadas pelas diversas linhas de negócio e respectivas expectativas de cobrança até 365 dias do vencimento. O cálculo da provisão é baseado em estimativas de eficiência para cobrir potenciais perdas na realização das contas a receber, considerando sua adequação contra a performance dos recebíveis de cada linha de negócio consistente com a política de “*impairment*” de ativos financeiros ao custo amortizável. Normalmente, na prática, o contas a receber é reconhecido ao valor faturado e ajustado ao valor de realização. O contas a receber de clientes decorrentes de operações de longo prazo é ajustado a valor presente.

d. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio da média ponderada móvel e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

e. Redução ao valor recuperável - Impairment

(i) Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Fundação sobre condições de que esta não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento

de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

(ii) *Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado*

A Fundação considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Fundação utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis, quando aplicável. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

(iii) *Ativos não financeiros*

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Fundação, que não os estoques, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

A Administração da Fundação não identificou nenhuma evidência que justificasse a necessidade de provisão para recuperabilidade de ativos não financeiros em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

f. *Provisões*

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Fundação tem uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são determinadas através do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os efeitos do desconto a valor presente são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

g. Receita operacional - Mensalidades

A receita operacional de mensalidades que inclui parcelas de anuidades/semestralidades no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, sendo reconhecida mensalmente conforme a realização contratual.

h. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente os encargos recebidos sobre mensalidades em atraso. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos, parcelamento de impostos e descontos concedidos – Campanha de cobrança.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

i. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita, e, em certos casos, implícita dos respectivos ativos e passivos, e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes. Subsequentemente, estes juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. A Fundação utiliza a taxa de 4% para o cálculo do AVP.

j. Arrendamentos

A Fundação aplicou o CPC 06(R2) utilizando a abordagem retrospectiva modificada e, portanto, as informações comparativas não foram reapresentadas e continuam a ser apresentadas conforme o CPC 06(R1) e ICPC 03. Os detalhes das políticas contábeis conforme CPC 06(R1) e ICPC 03 são divulgados separadamente.

Políticas contábeis aplicáveis a partir de 1 de janeiro de 2019

No início de um contrato, a Fundação avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Fundação utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2).

Esta política é aplicada aos contratos celebrados a partir de 1º de janeiro de 2019.

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Fundação aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Fundação optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Fundação reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na

desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Fundação. Geralmente, a Fundação usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Fundação determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Fundação alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Fundação apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para

investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Fundação optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Fundação reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

Políticas contábeis aplicáveis antes de 1 de janeiro de 2019

Para contratos celebrados antes de 1 de janeiro de 2019, a Fundação determinou se o acordo era ou continha um arrendamento com base na avaliação de se:

- o cumprimento do acordo dependia do uso de um ativo ou ativos específicos; e
- o acordo havia concedido o direito de usar o ativo. Um acordo transmitia o direito de usar o ativo se um dos seguintes itens fosse cumprido:
- o comprador tinha a capacidade ou o direito de operar o ativo ao mesmo tempo em que obtinha ou controlava um valor que não era insignificante da produção ou de outra utilidade do ativo;
- o comprador tinha a capacidade ou o direito de controlar o acesso físico ao ativo ao mesmo tempo em que obtinha ou controlava um valor que não seja insignificante da produção ou outra utilidade do ativo; ou
- fatos e circunstâncias indicam que é raro que uma ou mais partes, exceto o comprador, venham a obter um valor que não seja insignificante da produção ou de outra utilidade que será produzida ou gerada pelo ativo durante o prazo do acordo, e o preço que o comprador paga pela produção não é contratualmente fixo por unidade de produção, nem equivalente ao preço de mercado atual por unidade de produção na época de entrega da produção.

(ii) Como arrendatário

No período comparativo, como arrendatário, a Fundação classificou os arrendamentos que transferiam substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade como arrendamentos financeiros. Quando esse era o caso, os ativos arrendados eram mensurados inicialmente por um valor igual ao menor entre seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Os pagamentos mínimos do arrendamento foram os pagamentos durante o prazo da locação que o arrendatário era obrigado a fazer, excluindo qualquer aluguel contingente. Após o reconhecimento inicial, os ativos foram contabilizados de acordo com a política contábil aplicável a esse ativo.

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos foram classificados como operacionais e não foram reconhecidos no balanço patrimonial da Fundação. Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais foram reconhecidos no resultado de forma linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos foram reconhecidos como parte integrante do custo total do arrendamento, durante o prazo do arrendamento.

k. Gratuidades

O benefício concedido como gratuidade por meio da prestação de serviços educacionais foi reconhecido pelo valor efetivamente praticado, em conformidade com a Interpretação ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucros.

l. Destinação do superávit

A Fundação não tem finalidades lucrativas e não distribuiu lucros, bonificações ou vantagens financeiras aos seus diretores ou mantenedores, e os saldos de seu balanço são aplicados no aumento do seu patrimônio visando a sua continuidade.

8 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Fundação exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

Contas a receber de alunos e outros créditos

O seu valor justo é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

Outros passivos financeiros não derivativos

Os financiamentos e empréstimos estão classificados como outros passivos financeiros e estão contabilizados pelos seus custos amortizados. O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

9 Caixas e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são constituídos conforme a seguir:

	2019	2018
Caixa e bancos	476.511	1.133.350
Aplicações financeiras (i)	<u>1.396.984</u>	<u>4.430.970</u>
	<u>1.873.495</u>	<u>5.564.320</u>

- (i) As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Esses investimentos financeiros se referem substancialmente a aplicações automáticas e Certificados de depósitos bancários de renda fixa, remunerados a uma taxa média de 97% do CDI (idêntico em 31 de dezembro de 2018).

A exposição da Fundação a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota Explicativa nº 21.

10 Contas a receber de alunos

	2019	2018
Mensalidades a receber (i)	96.458.223	87.123.545
Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)	582.347	710.188
Cheques em cobrança	92.110	91.987
Crédito estudantil (ii)	75.427.505	56.652.212
	<u>172.560.185</u>	<u>144.577.932</u>
(-) Provisão para perdas de crédito esperadas (iii)	(50.518.690)	(47.823.470)
(+) Ajuste a valor presente (iv)	(1.943.371)	(1.536.666)
	<u>120.098.124</u>	<u>95.217.796</u>
(-) Parcela a receber a longo prazo classificada no ativo não circulante	<u>(83.130.121)</u>	<u>(62.797.596)</u>
Parcelas no ativo circulante	<u>36.968.003</u>	<u>32.420.200</u>

Nesse exercício, a Provisão para perdas de crédito esperadas representa 30% (34% em 31 de dezembro de 2018) do total dos créditos de mensalidades em aberto até 31 de dezembro de 2019.

- (i) Mensalidades a receber inclui parcelas de anuidades vencidas e a vencer.
- (ii) Crédito estudantil refere-se ao programa de crédito estudantil próprio da Fundação. As mensalidades com vencimentos em períodos futuros são reconhecidas mensalmente conforme a realização contratual.
- (iii) A Provisão para perdas de crédito esperadas foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das mensalidades, negociações a receber e outros ativos a receber. O cálculo da provisão para perdas de crédito esperadas considera os percentuais históricos (índices) de recuperação de valores abertos considerando o período de maturação na carteira de mensalidades a receber, bem como as expectativas de negociações com os alunos ao longo do curso. Esses índices são atualizados mensalmente para composição da série histórica que é base para a estimativa da provisão para perdas de crédito esperadas reconhecida.
- (iv) O valor presente (AVP) é calculado sobre os valores de receita reconhecidas mensalmente e que tenham vencimentos em períodos futuros, notadamente produtos usados pelos alunos beneficiados pelo crédito estudantil próprio - PagFácil. A taxa média ponderada utilizada para realizar o desconto dos valores no período foi de 4%. A reversão do AVP constituído no mês da receita, pode ocorrer de 2 formas: a) pela evolução natural dos contratos no tempo, isto é, mensalmente é revertido o valor proporcional do mês com impacto positivo no resultado; e b) quando ocorre a evasão do aluno, que nos permite, de acordo com o contrato assinado, cobrar antecipadamente o saldo devedor e, nesse caso, o saldo do AVP é revertido integralmente. Contas a receber do PagFácil e de renegociações de mensalidades com vencimento superior a 365 dias, líquido dos ajustes a valor presente. O contas a receber apresentou aumento decorrente de uma maior exposição dos produtos de parcelamento da Fundação, como o PagFácil, nos quais o pagamento ocorre apenas após a conclusão do curso, aliado ainda ao elevado volume de mensalidades em aberto em razão do cenário econômico instável.

A composição dos saldos a receber por idade de vencimento é dada por:

	2019	2018
Créditos a vencer	34.401.934	26.136.537
Créditos em atraso de 1 a 30 dias	2.254.815	2.263.851
Créditos em atraso de 31 a 60 dias	1.876.974	1.848.302
Créditos em atraso de 61 a 90 dias	1.821.969	1.716.815
Créditos em atraso de 91 a 180 dias	3.770.476	3.550.341
Créditos em atraso entre 6 meses e 1 ano	4.651.993	5.039.214
Créditos em atraso entre 1 ano e 2 anos	6.930.242	8.011.450
Créditos em atraso acima de 2 anos	40.749.820	38.557.035
	<u>96.458.223</u>	<u>87.123.545</u>

Movimentação da Provisão para perdas de crédito esperadas

Saldo da provisão em 1º de janeiro de 2019	(47.823.470)
Estorno de provisão	525.802
Complemento da provisão durante o exercício	<u>(3.221.022)</u>
Saldo da provisão em 31 de dezembro de 2019	<u>(50.518.690)</u>

Movimentação do ajuste a valor presente

Saldo em 1º de janeiro de 2019	(1.536.666)
Complemento do ajuste durante o exercício	<u>(406.705)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>(1.943.371)</u>

Provisão para perdas de crédito esperadas e baixas:

Mensalidades: A Fundação constitui mensalmente a provisão para perdas de crédito esperadas analisando os valores de recebíveis constituídos a cada mês (no período de 84 meses) e as respectivas aberturas por faixas de atraso, calculando sua “performance” de recuperação. Nessa metodologia, para cada faixa de atraso é atribuído um percentual de probabilidade de perda estimada levando em conta informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos, que afetam a capacidade dos clientes de liquidarem os recebíveis, tais como a taxa de desemprego.

- **FIES:** A Fundação constitui provisão para perdas de crédito esperadas para os valores gerados no âmbito do FIES de acordo com as estimativas de perda associadas aos alunos contemplados pelo Programa, sendo as seguintes premissas consideradas:
 - Para os contratos com fiador foi constituída uma provisão de 10% do faturamento dessa natureza, considerando que a Fundação assume 100% de exposição ao risco de crédito FIES e uma estimativa de 15% de inadimplência.
 - Para os contratos cobertos pelo FGEDUC, foi constituída uma provisão de 10% do faturamento dessa natureza, considerando que o Fundo Garantidor é responsável por 90% da exposição ao risco de crédito FIES e uma estimativa de 15% de inadimplência.
 - Este percentual leva em consideração:
 - (a) a expectativa futura de perda para alunos com parcelamentos, que é superior à média dos alunos pagantes; e
 - (b) o percentual de evasão histórica de alunos. Movimentação na provisão para perdas de crédito esperadas.

A exposição da Fundação a riscos de crédito e moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas a contas a receber de alunos e a outras contas é divulgada na Nota Explicativa nº 21.

Fundação Hermínio Ometto
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019
11 Imobilizado
a. Movimentação do custo

Custo	Edificações	Edificações - Reavaliação	Benefícios em imóveis de terceiros	Benefícios com pavimentação	Instalações	Instalações - Reavaliação	Móveis e utensílios	Móveis e utensílios - Reavaliação
Saldo em 31 de dezembro de 2017	26.610.746	22.539.192	211.488	3.519.301	17.666.079	2.247.844	3.875.404	902.426
Adições	-	-	-	-	1.989.323	-	601.371	-
Baixas	-	-	-	-	(270.546)	(151.720)	(24.361)	(62.238)
Transferências	6.993.235	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	33.603.981	22.539.192	211.488	3.519.301	19.384.856	2.096.124	4.452.414	840.188
Adições	-	-	-	-	2.027.984	-	304.482	-
Baixas	-	-	-	-	(820.539)	(175.253)	(203.877)	(5.581)
Transferências	9.474.678	-	-	93.605	22.038	-	-	-
232	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	43.078.659	22.539.192	211.488	3.612.906	20.614.339	1.920.871	4.553.019	834.607
Custo	Veículos	Veículos - Reavaliação	Biblioteca	Terrenos	Terrenos - Reavaliação	Obras em andamento	Imobilizado em andamento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	311.115	34.078	4.195.694	300.000	6.179.550	10.448.041	-	99.040.958
Adições	-	-	66.869	-	-	7.232.036	-	9.889.599
Baixas	-	-	(1.996)	-	-	-	-	(510.861)
Transferências	-	-	-	-	-	(6.993.235)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	311.115	34.078	4.260.567	300.000	6.179.550	10.686.842	-	108.419.696
Adições	7.170	-	5.700	-	-	3.398.191	25.572	5.769.099
Baixas	(3.669)	-	(20.244)	-	-	(9.568.283)	(3.534)	(1.232.697)
Transferências	-	-	-	-	-	-	(22.038)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	314.616	34.078	4.246.023	300.000	6.179.550	4.516.750	-	112.956.098

Fundação Hermínio Ometto
Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2019
b. Movimentação da depreciação

Depreciação	Edificações	Edificações - Reavaliação	Beneficentários em imóveis de terceiros	Beneficentários com pavimentação	Instalações	Instalações - Reavaliação	Móveis e utensílios	Móveis e utensílios - Reavaliação	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(4.614.517)	(6.458.632)	(109.976)	(186.061)	(9.485.459)	(2.167.067)	(1.805.405)	(898.147)	
Adições	(447.164)	(422.967)	(8.460)	(146.280)	(1.905.117)	(30.948)	(394.718)	(1.496)	
Baixas	-	-	-	-	266.922	150.972	14.631	62.238	
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(5.061.681)	(6.881.599)	(118.436)	(332.341)	(11.123.654)	(2.047.043)	(2.185.492)	(837.405)	
Adições	(723.023)	(422.968)	(8.460)	(146.280)	(1.696.692)	(19.106)	(393.042)	(1.413)	
Baixas	-	-	-	-	257.126	174.532	36.644	5.561	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(5.784.704)	(7.304.567)	(126.896)	(478.621)	(12.563.220)	(1.891.617)	(2.541.890)	(833.257)	
Valor líquido contábil:									
Em 31 de dezembro de 2019	37.293.955	15.234.625	84.592	3.134.285	8.051.119	29.254	2.011.129	1.350	
Em 31 de dezembro de 2018	28.542.300	15.637.593	93.052	3.186.960	8.261.202	49.081	2.266.922	2.783	
Depreciação	Veículos	Veículos - Reavaliação	Biblioteca	Terrenos	Terrenos - Reavaliação	Obras em andamento	Imobilizado em andamento	Total	
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(215.849)	(34.077)	-	-	-	-	-	(25.975.190)	
Adições	(32.949)	-	-	-	-	-	-	(3.390.099)	
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	494.763	
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(248.798)	(34.077)	-	-	-	-	-	(28.870.526)	
Adições	(33.069)	-	-	-	-	-	-	(3.444.053)	
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	473.863	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(281.867)	(34.077)	-	-	-	-	-	(31.840.716)	
Valor líquido contábil:									
Em 31 de dezembro de 2019	32.749	1	4.246.023	300.000	6.179.550	4.516.750	-	81.115.382	
Em 31 de dezembro de 2018	62.317	1	4.260.567	300.000	6.179.550	10.686.842	-	79.549.170	

A Fundação monitora o seu ativo imobilizado por meio de indicadores internos e externos, objetivando identificar eventuais impactos no valor recuperável dos mesmos.

A Fundação analisa anualmente as taxas de depreciação dos itens do seu ativo imobilizado. Em 2019, houve revisão das referidas taxas sem a necessidade de sua alteração em relação a 2018.

12 Financiamentos e empréstimos

	2019	2018
Moeda Nacional		
Empréstimos conta garantida - CDI + 0,40% a.m.	1.506.064	-
Finame - Juros de 5% a 11,48% a.a.	1.442.357	1.449.121
Empréstimos bancários para capital de giro - Juros 11,10% a 13,08% a.a.	19.277.878	20.079.688
Cédula de crédito bancário - 15,67% a.a.	87.572	149.388
Crédito direto ao consumidor – 11,09% a.a.	50.735	-
Leasing – Juros de 8,99% a.a.	198.018	-
	<u>22.562.624</u>	<u>21.678.197</u>
Parcela a amortizar a curto prazo classificada no passivo circulante	<u>(6.811.524)</u>	<u>(3.311.258)</u>
Passivo não circulante	<u>15.751.100</u>	<u>18.366.939</u>

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

	2019	2018
Ano de vencimento:		
2020	-	7.990.227
2021	9.348.313	6.441.633
2022	6.125.320	3.929.496
2023	199.603	5.583
2024	77.864	-
	<u>15.751.100</u>	<u>18.366.939</u>

As garantias oferecidas pela Fundação por modalidades de empréstimos são as que seguem:

Modalidade	Garantia
Finame	Alienação fiduciária de ativo fixo
Empréstimos conta garantida	Cessão fiduciária da totalidade dos direitos creditórios
Empréstimos bancários para capital de giro	Cessão fiduciária da totalidade dos direitos creditórios
Crédito direto ao consumidor	Alienação fiduciária de ativo fixo

A Fundação possui contratos de empréstimos e financiamentos que estabelecem cláusulas de cumprimento de (*Covenants*) financeiros. O *Covenants* exigido, referente aos empréstimos e financiamentos, junto ao Banco Itaú foi alcançado pela Fundação.

- (i) Dívida bancária líquida por sua Ebitda igual ou inferior a 1,5X a ser medido no balanço auditado no encerramento do exercício.

Dívida bancária líquida/Ebtida:

Cálculo EBTIDA

Superávit do exercício	23.828.094
Receita Financeira	(9.346.357)
Despesa Financeira	4.293.773
EBT (LAJIR)	18.775.510
Depreciação e amortização	3.539.208

EBITDA

22.314.718

Cálculo DFN

Financiamentos e empréstimos CP (+)	6.811.524
Financiamentos e empréstimos LP (+)	15.751.100
Caixa e equivalentes de caixa(-)	(1.873.495)

Dívida financeira líquida(=)

20.689.129

Análise do covenants:

Dívida Financeira (-) Disponibilidades **2019**

DFN (R\$ mil)	20.689.129
Ebtida (R\$ mil)	22.314.718

DFN/Ebtida =

0,93

Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento

Variações dos financiamentos e empréstimos	Saldo inicial 01/12/2019	Recursos provenientes de empréstimos e financiamentos	Pagamentos de empréstimos e financiamentos	Pagamento de juros	Juros apropriados	Saldo final 31/12/2019
Financiamentos e empréstimos	21.678.197	4.485.350	(5.490.254)	(735.977)	2.625.308	22.562.624
Passivo de arrendamento	-	-	(933.449)	-	-	(933.449)
Movimentações sem efeito caixa		Adições de provisão(i)	Baixas de contratos(i)	Amortização de AVP	Adição de AVP	
Passivo de arrendamento	-	1.857.735	(30.113)	112.506	(882)	1.939.247
Total	21.678.197	6.343.700	(6.423.703)	(623.471)	2.624.426	23.568.422

- (i) As movimentações referente a adições e baixas de contratos não possuem efeito caixa, bem como não há ajuste ao lucro, pois são provisões realizadas entre as contas de ativo e passivo.

13 Salários e férias a pagar

	2019	2018
Salários a pagar	2.473.427	2.595.595
Provisão de férias	3.273.876	3.222.696
INSS a recolher	286.122	296.062
FGTS a recolher	429.758	437.848
	<u>6.463.183</u>	<u>6.552.201</u>

14 Outras contas a pagar

	2019	2018
Repasse prestação serviços (i)	2.351.796	2.841.096
Outras	371.376	294.362
	<u>2.723.112</u>	<u>3.135.458</u>
Passivo circulante	<u>(1.668.839)</u>	<u>(2.232.890)</u>
Passivo não circulante	<u>1.054.333</u>	<u>902.568</u>

- (i) Refere-se a contratos para prestação de serviços educacionais referentes à oferta de cursos de pós-graduação "lato sensu" e de programas de pós-graduação "stricto sensu" em diversas áreas.

15 Impostos a recolher

	2019	2018
I.R.R.F a recolher s/ salário	1.129.573	1.052.052
Outras	24.417	52.876
	<u>1.153.990</u>	<u>1.104.928</u>

16 Provisões de processos judiciais

Demandas judiciais

A Fundação está exposta a certos riscos, representados em processos tributários e reclamações trabalhistas e cíveis, que estão provisionados nas demonstrações financeiras, em virtude de serem considerados como de chance de êxito remota na defesa destes, ou pela sua importância na situação patrimonial da Fundação.

Os processos provisionados foram considerados adequados pela Administração com base em vários fatores, incluindo (mas não se limitando) a opinião dos assessores jurídicos da Fundação, a natureza dos processos e a experiência histórica.

Os valores provisionados relativos às demandas em discussão judicial eram:

	2019	2018
Cíveis e trabalhistas	135.708	261.869
	<u>135.708</u>	<u>261.869</u>

A movimentação ocorrida no exercício foi a seguinte:

	Cíveis e trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>261.869</u>	<u>261.869</u>
Adições de provisões durante o exercício	83.314	83.314
Baixas de provisões durante o exercício	<u>(209.475)</u>	<u>(209.475)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>135.708</u>	<u>135.708</u>

A Fundação possui outros processos administrativos e judiciais em andamento, cujas avaliações, efetuadas por seus assessores jurídicos, são consideradas como de risco possível e cujas eventuais perdas financeiras foram mensuradas no montante de R\$ 46.612.214 (R\$ 46.580.302 em 31 de dezembro de 2018) e nenhuma provisão para perdas foi registrada nas demonstrações financeiras.

As eventuais perdas mensuradas neste montante se referem a autos de infração lavrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil nos exercícios de 2009 e 2010, referentes às verbas previdenciárias não recolhidas, relativas às competências de outubro de 2004 a agosto de 2009, por entender que a Fundação não obteve o CEBAS. A Fundação, assim como diversas outras entidades filantrópicas, protocolou os pedidos de renovação, todavia não obteve as respectivas certidões expedidas pelo Conselho Nacional de Assistência Social. Baseada neste fato, a Secretaria da Receita Federal do Brasil entrou com pedido de cancelamento da isenção, e a Fundação, por meio de Mandado de Segurança, obteve o deferimento do pedido de anulação do ato de cancelamento movido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, estando o Mandato de Segurança em fase recursal. Por conta de tal situação, tais autuações permanecem sobrestadas aguardando o encerramento dos processos acima mencionados.

A Fundação — baseada: a) na avaliação de êxito dos seus assessores jurídicos, que consideram possível o risco de perda das respectivas ações; b) no fato de que efetivamente cumpriu ao longo dos exercícios com suas obrigações de assistência social e protocolou no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) os respectivos pedidos de renovação do CEBAS; e c) no fato de que em 2009 obteve por meio da Medida Provisória nº 446/2008 o deferimento do certificado de entidade beneficente pelo CNAS e tendo protocolado novamente no MEC seu último pedido para renovação do próximo triênio — não reconheceu nenhuma provisão para contingências fiscais nas demonstrações financeiras relativas a tal assunto.

17 Patrimônio Líquido

a. Patrimônio Social

As rendas geradas pela Fundação são empregadas integralmente nos seus objetivos sociais comentados na Nota Explicativa nº1.

Na eventual possibilidade de encerramento das atividades da Fundação, seu acervo será incorporado integralmente ao patrimônio da Prefeitura Municipal de Araras, respeitadas as condições impostas às doações imobiliárias e a obrigação de destiná-lo a finalidades educacionais. Caso o acervo recebido venha a ser transferido para a Prefeitura Municipal de Araras e para as outras entidades com finalidade educacional, estas deverão necessariamente estar registradas no CNAS.

b. Reserva de reavaliação

Decorre dos saldos da reserva de reavaliação de ativos próprios, contabilizada pela Fundação no exercício findo em 31 de dezembro de 2007, e que vem sendo realizado mediante alienação, baixa e depreciação dos respectivos bens do ativo imobilizado reavaliado.

c. Superávit do exercício

O superávit apurado no exercício será destinado integralmente no próximo exercício para o Patrimônio social conforme art.2º do Estatuto social da Fundação.Hermínio Ometto.

18 Receitas operacionais

	2019	2018
Receita bruta de prestação de serviços educacionais		
Receitas de mensalidades/anuidades educacionais	139.938.922	139.290.976
Receitas de mensalidades com gratuidades - Bolsas	69.941.845	67.198.208
Outros serviços educacionais	910.107	862.884
	<u>210.790.874</u>	<u>207.352.068</u>
(-) Deduções da receitas		
Bolsas de estudos Prouni - Integrais 100%	(19.054.549)	(17.870.174)
Bolsas de estudos Prouni - Parciais 50%	(15.140.414)	(17.302.073)
Bolsas de estudos Institucionais - Integrais 100%	(1.253.209)	(2.598.242)
Bolsas de estudos Institucionais - Parciais 50%	(34.493.672)	(29.427.720)
Outras bolsas de estudo	(13.639.265)	(12.486.287)
Devoluções e cancelamentos	(17.983.114)	(17.520.120)
Descontos concedidos	(9.332.546)	(9.065.755)
COFINS isenta sobre faturamento	(6.124.475)	(6.030.945)
	<u>(117.021.244)</u>	<u>(112.301.316)</u>
Receita operacional líquida	<u>93.769.630</u>	<u>95.050.752</u>

19 Despesas operacionais por natureza

	2019	2018
Salários e encargos sociais	(55.897.447)	(54.118.255)
Serviços prestados por terceiros	(6.548.052)	(8.207.697)
Depreciação e amortização	(3.539.136)	(3.456.492)
Benefícios e concessões a funcionários	(5.115.754)	(5.019.496)
Viagens e representações	(944.337)	(1.161.984)
Energia elétrica	(2.067.014)	(1.865.077)
Aluguéis	(283.053)	(876.847)
Divulgação	(856.683)	(792.252)
Gastos com manutenção e combustíveis	(1.200.624)	(1.353.720)
Outros gastos	(8.645.109)	(8.439.332)
Contribuição previdenciária isenta	11.982.797	11.834.399
	<u>(73.114.412)</u>	<u>(73.456.753)</u>
Reconciliação com as despesas operacionais classificadas por função:		
Custos dos serviços educacionais	(64.218.022)	(66.068.171)
Custos dos serviços de atendimentos à população	(2.459.178)	(2.317.250)
Comerciais	(7.594)	(73.842)
Administrativas e gerais	(18.412.415)	(16.831.889)
Contribuição previdenciária isenta	11.982.797	11.834.399
	<u>(73.114.412)</u>	<u>(73.456.753)</u>

20 Financeiras líquidas

Receitas financeiras

	2019	2018
Encargos recebidos sobre mensalidades em atraso	4.116.690	3.507.893
Atualização Pag Fácil	3.916.970	3.166.385
Multas/Juros	733.135	739.304
Rendimento de aplicações financeiras	198.206	84.241
Juros reconhecidos referente créditos a receber	787.000	590.004
Atualização de tributos e contribuições a recuperar	-	529.962
Outras receitas financeiras	1.061	7.360
	<u>9.753.062</u>	<u>8.625.149</u>

Despesas financeiras

	2019	2018
Despesas com taxas do Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC)	(241.153)	(467.008)
Juros e encargos financeiros	(2.694.554)	(1.878.728)
Descontos concedidos - Campanha de cobrança	(1.170.692)	(539.007)
Ajuste a valor presente de créditos a receber	(406.705)	(336.508)
Outras despesas financeiras	(175.227)	(151.501)
Despesas bancárias	(12.147)	(14.674)
	<u>(4.700.478)</u>	<u>(3.387.426)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>5.052.584</u>	<u>5.237.723</u>

21 Instrumentos financeiros

Gerenciamento dos riscos financeiros

Visão geral

A Fundação apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco operacional

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Fundação a cada um dos riscos supramencionados, seus objetivos, suas políticas e seus processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Fundação. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Diretoria Administrativo-financeira tem responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Fundação. A Diretoria Administrativo-financeira é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco. Os gestores de cada departamento se reportam regularmente à Diretoria Administrativo-financeira sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Fundação são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Fundação para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Fundação. Esta, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, tem por objetivo desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os funcionários entendem os seus papéis e obrigações.

Risco de crédito (Contas a receber de alunos e outros créditos)

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Fundação caso seus alunos falhem em cumprir com suas obrigações contratuais. A Fundação realiza análises periódicas na inadimplência em sua carteira em aberto, bem como realiza todos os procedimentos de cobrança permitidos pela legislação vigente. Adicionalmente a Fundação reconhece provisões para créditos de liquidação duvidosa em bases mensais, de forma a manter os saldos de contas a receber pelo seu valor líquido de realização mais provável, utilizando-se de sistemáticas consistentes ao longo dos exercícios.

Também, a Administração, visando a minimizar os riscos de créditos atrelados às instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

Ativos	Nota	2019	2018
Caixa e bancos	9	476.511	1.133.350
Aplicações financeiras	9	1.396.984	4.430.970
Contas a receber de alunos	10	120.098.124	95.217.796
Outros créditos		1.107.103	1.199.545
Total		123.078.722	101.981.661

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Fundação irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Fundação na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Fundação.

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

	2019				
	Valor Contábil	6 meses ou menos	6 - 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 Anos
Passivos					
Fornecedores	861.427	861.427	-	-	-
Financiamentos e empréstimos	22.562.624	3.214.764	3.596.760	9.348.314	6.402.786
Outras contas a pagar	2.723.172	1.668.839	-	1.054.333	-
Total	26.147.223	5.745.030	3.596.760	10.402.647	6.402.786
	2018				
	Valor Contábil	6 meses ou menos	6 - 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 Anos
Passivos					
Fornecedores	1.216.776	1.216.776	-	-	-
Financiamentos e empréstimos	21.678.197	1.737.302	1.573.956	7.990.227	10.376.712
Outras contas a pagar	3.135.458	2.232.890	-	902.568	-
Total	26.030.431	5.186.968	1.573.956	8.892.795	10.376.712

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Fundação, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes da Nota Explicativa nº 10.

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Fundação e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Fundação.

O objetivo da Fundação é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Fundação.

Gestão de capital

A política da Diretoria Administrativo-financeira é manter uma sólida base de capital para manter o desenvolvimento futuro das atividades da Fundação. A Diretoria monitora os resultados das atividades operacionais, bem como de suas reservas financeiras, de forma a cumprir compromissos existentes no final de cada exercício.

A Diretoria procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

Demonstração dos instrumentos financeiros em suas respectivas categorias

	2019	
	Valor justo através do resultado	Pelo custo amortizado
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	1.873.495	-
Contas a receber de alunos	-	120.098.124
Outros créditos	-	1.107.103
Passivos		
Fornecedores	-	861.427
Financiamentos e empréstimos	-	22.562.624
Adiantamento de alunos e de convênios	-	772.750
Total	1.873.495	145.402.028

	2018	
	Valor justo através do resultado	Pelo custo amortizado
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	5.564.320	-
Contas a receber de alunos	-	95.217.796
Outros créditos	-	1.199.545
Passivos		
Fornecedores	-	1.216.776
Financiamentos e empréstimos	-	21.678.197
Adiantamento de alunos e de convênios	-	842.889
Total	5.564.320	120.155.203

Valor justo versus valor contábil

Os valores contábeis, referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor de justo:

- Caixa e equivalentes de caixa - São definidos como ativos destinados à negociação. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.
- O contas a receber de alunos e outros créditos, fornecedores e outras contas decorrentes diretamente das operações da Fundação, estão sendo contabilizados pelo seu custo amortizado, deduzido de provisão para perdas, quando aplicável. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos na data da apuração.

- Os financiamentos estão classificados como outros passivos financeiros e estão contabilizados pelos seus custos amortizados. Para fins de divulgação, os saldos contábeis são equivalentes aos valores justos, por se tratarem de captações com características exclusivas, decorrentes de fontes de financiamento específicas, indexados às taxas prefixadas.

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	2019		2018	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos				
Contas a receber de alunos	120.098.124	120.098.124	95.217.796	95.217.796
Outros créditos	1.107.103	1.107.103	1.199.545	1.199.545
Passivos				
Fornecedores	861.427	861.427	1.216.776	1.216.776
Financiamentos e empréstimos	22.562.624	22.562.624	21.678.197	21.678.197
Adiantamentos de alunos e de convênios	772.750	772.750	842.889	842.889
Outras contas a pagar	2.723.172	2.723.172	3.135.458	3.135.458

Hierarquia de valor justo

Para os valores justos reconhecidos no balanço, o Pronunciamento Técnico CPC 40 - Instrumentos Financeiros Evidenciação requer a divulgação para cada classe de instrumentos financeiros e derivativos, a qual classe de apuração do valor justo foi utilizada, seguindo as definições abaixo:

- Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2:** *inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3:** premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Para tanto, a Fundação definiu os respectivos níveis da seguinte forma:

- Nível 2** - São classificados nesse nível caixa e bancos, registrados pelo valor depositado nas instituições financeiras, caixa e equivalentes de caixa, representados por aplicações financeiras CDB - DI, negociados com seus respectivos bancos e mensurados pela cotação de mercado, divulgados pelas respectivas bolsas de valores (BM&F Bovespa e CETIP).

Ativos	Valor contábil em 2019	Nível 1	Nível 2	Nível 3
	Caixa e equivalentes de caixa	1.873.495	1.873.495	-
Ativos	Valor contábil em 2018	Nível 1	Nível 2	Nível 3
	Caixa e equivalentes de caixa	5.564.320	5.564.320	-

22 Partes relacionadas

Operações com o pessoal-chave da Administração

Os membros do Conselho Superior são responsáveis pela Administração da Fundação de acordo com o art. 4º do seu Estatuto Social e são consideradas as pessoas-chave que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Fundação.

Os membros do Conselho Superior não possuem nenhum tipo de remuneração ou benefício, diretos ou indiretos. Desta forma, não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e (d) remuneração baseada em *performance* de superávit.

23 Renovação do certificado de entidade beneficente de assistência social

Em 29 de maio de 2018, foi publicada no Diário Oficial da União a certificação da Fundação relativa ao Processo nº 23000.005574/2012-11, cuja vigência do certificado é de 17 de maio de 2011 a 16 de maio de 2016. A certificação está amparada pelo Termo de Ajuste de Gratuidade (TAG) nº 05/2018, assinado entre as partes em 16 de maio de 2018.

Em maio de 2016 e 2019, foram protocolados no Ministério da Educação (MEC) os pedidos de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), referente às vigências de maio de 2016 a maio de 2019 conforme o Processo nº 23000.022538/2016-46 e de maio de 2019 a maio de 2022 conforme o Processo nº 23000.014355/2019-08, respectivamente, os quais se encontram em análise. De acordo com o art. 8º do Decreto nº 8.242/2014, a Fundação continua a usufruir da certificação relativa ao Processo nº 23000.005574/2012-11 até o julgamento do novo pedido de certificação.

24 Informações adicionais

Em atendimento ao art. 29 da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, a Fundação está divulgando como informações adicionais o balanço patrimonial e a demonstração de resultados do exercício na data-base 31 de dezembro de 2019 relacionadas às áreas de educação e outras atividades institucionais, conforme quadro abaixo:

Ativo	Área da educação	Outras atividades	Total
Caixa e equivalentes de caixa	1.822.830	50.665	1.873.495
Contas a receber de alunos	87.486.693	-	87.486.693
Provisão para perdas de crédito esperadas	(50.518.690)	-	(50.518.690)
Repasse de recursos	9.015.763	(9.015.763)	-
Estoques	106.530	230.960	337.490
Outros créditos	833.679	126.634	960.313
Total do ativo circulante	48.746.805	(8.607.504)	40.139.301
Depósitos judiciais	196.392	-	196.392
Contas a receber de alunos	83.130.121	-	83.130.121
Outros créditos	146.790	-	146.790
Direito de uso	1.005.799	-	1.005.799
Imobilizado	78.480.554	2.634.838	81.115.392
Intangível	176.222	-	176.222
Total do ativo não circulante	163.135.878	2.634.838	165.770.716
Total do ativo	211.882.683	(5.972.666)	205.910.017

Passivo	Área da educação	Outras atividades	Total
Financiamentos e empréstimos	6.811.524	-	6.811.524
Fornecedores	833.630	27.797	861.427
Passivo de arrendamento	33.097	-	33.097
Impostos e contribuições a recolher	1.143.506	10.484	1.153.990
Salários e férias a pagar	6.264.560	198.623	6.463.183
Parcelamento de impostos - Lei nº 11.941/09	177.420	-	177.420
Adiantamentos de alunos e de convênios	772.538	-	772.538
Receita diferida	250.000	-	250.000
Outras contas a pagar	1.634.261	34.578	1.668.839
Total do passivo circulante	17.920.536	271.482	18.192.018
Financiamentos e empréstimos	15.751.100	-	15.751.100
Parcelamento de impostos - Lei nº 11.941/09	665.323	-	665.323
Passivo de arrendamento	972.700	-	972.700
Provisões de processos judiciais	135.708	-	135.708
Adiantamentos de alunos e de convênios	212	-	212
Receita diferida	770.833	-	770.833
Outras contas a pagar	1.054.333	-	1.054.333
Total do passivo não circulante	19.350.209	-	19.350.209
Patrimônio líquido			
Patrimônio social	127.903.110	(5.252.186)	122.650.924
Reserva de reavaliação	21.365.391	78.170	21.443.561
Superávits acumulados	439.556	3.627	443.183
Superávit (déficit) do exercício	24.903.881	(1.073.759)	23.830.122
Total do patrimônio líquido	174.611.938	(6.244.148)	168.367.790
Total do passivo	37.270.745	271.482	37.542.227
Total do passivo e patrimônio líquido	211.882.683	(5.972.666)	205.910.017
Demonstrações de resultados	Área da educação	Outras atividades	Total
Receita bruta da prestação de serviços educacionais			
Receitas de mensalidades/anuidades educacionais	139.938.922	-	139.938.922
Receitas de mensalidades com gratuidades - Bolsas	69.941.845	-	69.941.845
Outros serviços educacionais	910.107	-	910.107
(-) Deduções das receitas			
Bolsas de estudos Prouni - Integrais - 100%	(19.054.549)	-	(19.054.549)
Bolsas de estudos Prouni - Parciais - 50%	(15.140.414)	-	(15.140.414)
Bolsas de estudos institucionais - Integrais - 100%	(1.253.209)	-	(1.253.209)
Bolsas de estudos institucionais - Parciais - 50%	(34.493.672)	-	(34.493.672)
Outras bolsas de estudos	(13.639.265)	-	(13.639.265)
Devoluções e cancelamentos	(17.983.114)	-	(17.983.114)
Descontos concedidos	(9.332.546)	-	(9.332.546)
COFINS isenta sobre faturamento	(5.985.471)	(139.004)	(6.124.475)
	(116.882.240)	(139.004)	(117.021.244)
Receita operacional líquida	93.908.634	(139.004)	93.769.630
Custo dos serviços prestados			
Custos dos serviços educacionais	(58.549.827)	(5.668.195)	(64.218.022)

Demonstrações de resultados	Área da educação	Outras atividades	Total
Custos dos serviços de atendimentos à população	(2.459.178)	-	(2.459.178)
Custos de contribuição previdenciária isenta	(11.603.440)	(379.357)	(11.982.797)
	<u>(72.612.445)</u>	<u>(6.047.552)</u>	<u>(78.659.997)</u>
Resultado bruto	<u>21.296.189</u>	<u>(6.186.556)</u>	<u>15.109.633</u>
Outras receitas operacionais			
Outras receitas operacionais	2.588.505	4.632.460	7.220.965
Serviços voluntários obtidos	13.681	-	13.681
Isenção de contribuições sociais usufruídas	<u>5.985.471</u>	<u>139.004</u>	<u>6.124.475</u>
Outras despesas operacionais			
Provisão para perdas de crédito esperadas	(3.221.022)	-	(3.221.022)
Comerciais	(7.594)	-	(7.594)
Administrativas e gerais	(18.412.415)	-	(18.412.415)
Contribuição previdenciária isenta	11.603.440	379.357	11.982.797
Despesas com serviços voluntários	(13.681)	-	(13.681)
Outras despesas operacionais	<u>(18.101)</u>	<u>(1.200)</u>	<u>(19.301)</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas	<u>19.814.473</u>	<u>(1.036.935)</u>	<u>18.777.538</u>
Receitas financeiras	9.751.035	2.027	9.753.062
Despesas financeiras	<u>(4.661.627)</u>	<u>(38.851)</u>	<u>(4.700.478)</u>
Financeiras líquidas	<u>5.089.408</u>	<u>(36.824)</u>	<u>5.052.584</u>
Superávit do exercício	<u>24.903.881</u>	<u>(1.073.759)</u>	<u>23.830.122</u>

25 Contribuições sociais usufruídas

A Fundação, na condição de entidade sem fins lucrativos e com atividade preponderante na área da Educação, conta com o CEBAS, publicado no Diário Oficial da União em 29 de maio de 2018, relativo ao Processo nº 23000.005574/2012-11, cuja vigência do certificado é de 17 de maio de 2011 a 16 de maio de 2016. A certificação está amparada pelo TAG nº 05/2018, assinado entre as partes em 16 de maio de 2018.

Em maio de 2016 e 2019, foram protocolados no Ministério da Educação (MEC) os pedidos de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) os quais se encontram em análise, conforme Processos nº 23000.022538/2016-46 e nº 23000.014355/2019-08, respectivamente. Sendo assim a Fundação usufrui da Isenção Tributária até o julgamento dos seus processos, conforme determina o art. 8º do Decreto nº 8.242/2014.

Em decorrência, a Fundação está isenta ou imune de recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o eventual superávit apurado, da contribuição previdenciária (quota patronal) ao INSS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e do Programa de Integração Social (PIS) calculado à alíquota de 1% sobre o montante da folha de salários.

Conforme o art. 29 da Lei nº 12.101/09, a entidade beneficente certificada faz jus à isenção do pagamento das contribuições de que tratam os arts. 22 e 23 da Lei nº 8.212/91. O total das isenções das contribuições sociais usufruídas durante o exercício é o seguinte:

	2019 - Em R\$
Isenção de INSS cota patronal sobre remunerações, contribuintes individuais e cooperativas de trabalho	11.982.797
Isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	<u>6.124.475</u>
Total das isenções das contribuições sociais usufruídas.	<u>18.107.272</u>
	2018 - Em R\$
Isenção de INSS cota patronal sobre remunerações, contribuintes individuais e cooperativas de trabalho.	11.834.399
Isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	<u>6.030.945</u>
Total das isenções das contribuições sociais usufruídas.	<u>17.865.344</u>

26 Obrigações da educação para fins do CEBAS

(i) Cadastro nos sistemas de informação

Conforme determinação do art. 40 da Lei nº 12.101/09 e art. 41 do Decreto nº 8.242/14, a Fundação já procedeu ao recadastramento no MEC pelo *site* no SISCEBAS (<http://cebas.mec.gov.br/>).

Conforme previsto no § 4º do Decreto Federal nº 8.242/14, todas as bolsas de estudos computadas como aplicação em gratuidade pela Fundação estão informadas no Censo da Educação Superior (E-mec). Caso ainda não estejam, por questões operacionais do INEP (datas de fechamento do censo), a Fundação mantém controles destas para que sejam inseridas na próxima abertura do sistema INEP.

(ii) Plano nacional de educação

Os serviços de educação desenvolvidos pela Fundação são atividades de inserção ou proteção nas Políticas Públicas de Educação — Plano Nacional de Educação (PNE) — e a Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9.394/96) que está inserida e, como consequência, por elas, regulamentadas.

Em atendimento ao art. 13 da Lei nº 12.101/09 e ao Decreto nº 8.242/14 para manutenção do CEBAS, a Fundação cumpriu as diretrizes e metas do Plano Nacional de Educação vigente na forma do art. 214 da Constituição Federal.

(iii) Análise do perfil socioeconômico

A Fundação mantém controle individual dos prontuários, com documentação e informações prestadas pelos alunos, respaldando a análise socioeconômica e a concessão das bolsas educacionais integrais e parciais.

Em observação ao disposto no art. 14 da Lei nº 12.101/09, a Fundação não procedeu à cobrança de taxa de matrícula ou custeio de material didático dos alunos bolsistas.

27 Demonstrativo do cumprimento do mínimo de bolsas integrais

Em atendimento ao art. nº 13A (Educação Superior COM Prouni) da Lei Federal nº 12.101/09, apresenta-se abaixo quadro que demonstra o cumprimento dos requisitos mínimos para a manutenção do certificado de entidade beneficente da Fundação.

As bolsas de estudos integrais e parciais foram concedidas em observância aos critérios socioeconômicos do art. nº 14 da Lei nº 12.101/09.

Demonstrativo 1/9 e 1/5	2019	2018
Total de alunos matriculados em dez/2019	10.170	11.345
(-) Alunos com bolsa integral 100% (Lei nº 11.096/05 - Prouni)	1.154	1.268
(-) Alunos com bolsa integral 100% (Lei nº 12.101/09 - Institucionais)	67	139
Número total de alunos com bolsa integral	1.221	1.407
(-) Outras bolsas integrais 100% - Convenção coletiva e descontos institucionais	208	225
Total de alunos pagantes em dez/2019	8.741	9.713
Total mínimo de bolsistas integrais por aluno pagante 1 x 9 (Art. 13, § 1º Inc. I)	971	1.079
Total mínimo de bolsistas integrais por aluno pagante 1 x 5 (Art. 13-A da Lei nº 12.101/09 - Superior COM Prouni)	1.748	1.943
Cumprimento 1 x 9 - Educação Superior		
Bolsistas integrais (100%) - Prouni	1.154	1.268
Excedente de bolsas da entidade no 1 x 9 em dez/2019	183	189
Cumprimento 1 x 5 - Educação Superior		
Bolsistas integrais (100%) - Prouni	1.154	1.268
Bolsistas parciais (50%) - Prouni	1.682	2.017
Total de bolsas integrais concedidas considerando a conversão das bolsas de 50% em integrais (13-A) em dez/2019	1.995	2.276
Excedente de bolsas da entidade no 1 x 5 em dez/2019	247	333

Além da concessão de bolsas de estudos Prouni e institucionais, a Fundação concedeu em 2019 outras bolsas de estudos, no valor de R\$ 13.639.265 (R\$ 12.486.287 em 2018), conforme demonstrado na nota 18.

Conforme demonstrado no quadro acima, a instituição cumpriu a proporção prevista na legislação e o excedente deve-se ao cumprimento do 2º ano de execução do TAG, conforme demonstrativo abaixo:

Bolsas 100% Prouni obrigatórias de 2019	971
Bolsas 100% Prouni concedidas	1.154
Excedente de bolsas 100%	183
Cumprimento do TAG ano 2019 - 2º Ano execução	34
Excedente de cumprimento do TAG	149

28 Outras ações institucionais

Embora sua filantropia seja efetivada pela concessão de bolsa de estudos, a Fundação dispõe de outras ações institucionais por meio de programas de atendimento gratuito à população. Esses atendimentos representaram no ano de 2019, 59.412 atendimentos (58.644 em 2018) perfazendo um custo no montante de R\$ 2.459.177 (R\$ 2.317.250 em 2018).

Quadro demonstrativo dos atendimentos realizados

Item	Quantidade realizada em	
	2019	2018
Campanhas Comunitárias	18.491	12.835
Parceria AEHDA	214	-
Programa de Atendimento à Comunidade Ambulatório Enfermagem	1.664	912
Programa de Atendimento à Comunidade na Clínica de Fisioterapia	4.667	10.814
Programa de Atendimento à Comunidade na Clínica de Odontologia	12.028	14.317
Programa de Atendimento à Comunidade na Clínica de Psicologia	9.395	8.897
Programa de Atendimento à Comunidade na Farmácia Ensino	1.490	1.900
Programa de Atendimento à Comunidade no Laboratório de Análises Clínicas	850	520
Programa para Pessoas com Deficiência - CONVIVER	1.623	1.275
Programa Usina do Saber	1.855	720
Projeto Rondon	3.305	3.582
Programa de Orientação Vocacional e Profissional	3.056	2.100
Universidade da Melhor Idade (UNIMID)	87	21
Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NAP)	535	627
Núcleo de Tecnologias Assistivas (NTA)	152	124
Total	59.412	58.644
Total dos custos dos atendimentos (em Reais)	2.459.177	2.317.250

29 Adequação das receitas com as despesas com pessoal

A Fundação aplicou 35,95% (33,70% em 2018) de sua receita de mensalidades/anuidades educacionais em custos/despesas com pessoal docente, conforme determina a Resolução CFC nº 1.409/2012 e o parâmetro da Lei das Diretrizes e Base e sua regulamentação, demonstrados a seguir:

	2019	2018
Receitas de mensalidades/anuidades educacionais	139.938.922	139.290.976
Receitas de mensalidade com gratuidades - Bolsas	69.941.845	67.198.208
(-) Deduções das receitas		
Bolsas de estudos Prouni - Integrais 100%	(19.054.549)	(17.870.174)
Bolsas de estudos Prouni - Parciais 50%	(15.140.414)	(17.302.073)
Bolsas de estudos institucionais - Integrais 100%	(1.253.209)	(2.598.242)
Bolsas de estudos institucionais - Parciais 50%	(34.493.672)	(29.427.720)
Outras bolsas de estudo	(13.639.265)	(12.486.287)
Devoluções e cancelamentos	(17.983.114)	(17.520.120)
Descontos concedidos	(9.332.546)	(9.065.755)
(=) Receitas líquidas de mensalidades/anuidades educacionais	98.983.998	100.218.813
Custos/Despesas com pessoal docente	35.587.122	33.776.762
Percentual de adequação	35,95%	33,70%

30 Aspectos ambientais

As instalações da Fundação são sujeitas às regulamentações ambientais. A Fundação diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais, controles e investimentos em equipamentos. A Fundação acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

31 Seguros

A Fundação possui um programa de gerenciamento de riscos, com o objetivo de delimitá-los, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram pelo montante a seguir indicado, para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2019, a Fundação possuía as seguintes principais apólices de seguros contratados com terceiros:

	Cobertura
Bens do imobilizado	77.300.000
Veículos	<u>3.660.000</u>
Resultado financeiro líquido	<u>80.960.000</u>

32 Eventos subsequentes

- (a) Em 05 março de 2020, a Fundação renegociou seu contrato bancário junto ao Banco Itaú, realizando a quitação do contrato atual no montante de R\$ 17.200.000, adquirindo um novo contrato no mesmo montante, porém com uma taxa de juros de 0,59% a.m. e com carência de 12 meses para o primeiro pagamento que ocorrerá em Abril de 2021.
- (b) Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar os seguintes impactos relevantes nos valores reconhecidas nas demonstrações financeiras.

Considerando a situação atual da disseminação do surto, entendemos que a nossa projeção de receitas e dos fluxos de caixa operacionais para o ano de 2020 poderá ser revisada. Considerando a imprevisibilidade da evolução do surto e dos seus impactos, não é atualmente praticável fazer uma estimativa do efeito financeiro do surto nas receitas e fluxos de caixa operacionais estimados.

A Administração avalia de forma constante o impacto do surto, onde em 16 de março de 2020 a Fundação optou pela suspensão temporária das aulas presenciais, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto em seus alunos e funcionários e com isso reduzindo os impactos nas operações e nas demonstrações financeiras.